

PLANNER 2023



Planejador mensal
inspirado na **Agenda**
2023 Assistente Social,
com o calendário de
lutas do Serviço Social
brasileiro, para auxiliar na
organização das tarefas e
compromissos cotidianos!

Use seu celular para
escanear o QR code e ter
acesso a textos e outros
extratos da Agenda!

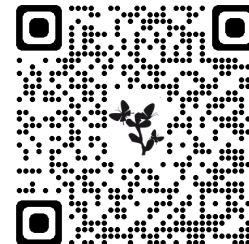


Gestão 'Melhor ir à luta com raça e
classe em defesa do Serviço Social'
(2020-2023)



@CfessOficial

Escreva seu nome aqui!





PLANNER 2023

Nós, mulheres assistentes sociais de LUTA!

EXPEDIENTE

Uma publicação do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão 'Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social' (2020-2023)

DIRETORIA

Presidenta Elizabeth Borges (BA)

Vice-presidenta Maria Rocha (PA)

1ª Secretária Dácia Teles (RJ)

2ª Secretária Carla Pereira (MG)

1ª Tesoureira Kelly Melatti (SP)

2ª Tesoureira Franciele Borsato (MS)

Conselho Fiscal

Lylia Rojas (AL)

Priscilla Cordeiro (PE)

Alessandra Dias (AP)

Suplentes

Elaine Pelaez (RJ)

Mauricleia Soares (SP)

Agnaldo Knevez (RS)

Dilma Franclin (BA)

Emilly Marques (ES)

Ruth Bittencourt (CE)

Eunice Damasceno (MA)

Kênia Figueiredo (DF)



Siga o CFESS nas principais redes sociais!

REALIZAÇÃO

Comissão de Comunicação CFESS

Emilly Marques (coordenação),

Agnaldo Knevez, Elizabeth Borges,

Kênia Figueiredo e Lylia Rojas

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Rafael Werkema - JP/MG 11732

ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO E EDIÇÃO DE TEXTOS

Emilly Marques e Mauricleia Soares

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E ILUSTRAÇÕES

Rafael Werkema com colaboração das estagiárias

Juliana Dourado e Rebecca Santos

Imprima este planejador para organizar suas tarefas e compromissos do dia-a-dia! Ele está formatado em A4 (paisagem)

APRESENTAÇÃO

O planner (ou planejador) 2023 chegou, assistente social! O

material é um extrato da Agenda produzida anualmente para a categoria e tem, para além da função prática e instrumental do cotidiano, o intuito de contribuir para fortalecer e dar visibilidade ao Serviço Social e seu projeto ético-político.

Você pode imprimir este material ou utilizá-lo na versão digital (computador) e, além do acesso ao conteúdo teórico-político produzido para a Agenda Assistente Social 2023, você tem em mãos uma publicação prática, para agendar seus compromissos mensais e conhecer as datas do calendário de lutas.

Para este ano, a Agenda e o Planejador Assistente Social têm como tema central e compõem a campanha do triênio - "Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!", lembrando o nosso engajamento nas lutas das mulheres e feministas.

Entre os objetivos da campanha, estão a valorização do trabalho das assistentes sociais e a denúncia das formas de exploração das mulheres; o incentivo a um olhar apurado da categoria às questões de classe, raça e gênero; a valorização da diversidade e pluralidade das mulheres assistentes sociais!

No Serviço Social, somos a maioria, com 92,5% da categoria. Entender o caminho pelo qual forjamos nossa profissão e nossas lutas, sob a perspectiva de gênero, raça e classe, é essencial e, por isso, a Agenda e o Planejador 2023 trazem textos de várias assistentes sociais mulheres, para nos contar um pouco dessas histórias. Elas trazem percepções de militância nos

movimentos sociais e nos direcionam para essas reflexões importantes e necessárias em nosso compromisso de levar a profissão para o campo das lutas emancipatórias e da labuta da classe trabalhadora em construir uma sociabilidade anticapitalista. Com as publicações, mergulhamos em análises, poesias e músicas que apontam que temos de seguir na direção em que acreditamos e defendemos.

O projeto gráfico é inspirado na arte da campanha de gestão e, além de fazer referência ao Código de Ética da/o Assistente Social e seus princípios, traz ilustrações em linhas - ora suaves, ora firmes, mas sempre leves, soltos e livres! - que 'costuram' e conectam lutas, desafios e resistências de mulheres em sua diversidade.

São rostos, corpos e ideias que ocupam não somente páginas, mas territórios, políticas sociais, continentes! Imagens conectadas com os textos que acompanham as divisórias, carregando o tom que nos conecta às lutas das mulheres.

Evocando Clarice Lispector, quando diz que "liberdade é pouco; o que desejo ainda não tem nome" (da obra Perto do coração selvagem), convocamos a categoria a viver 2023 com esse espírito de busca, de inquietação e de crença num mundo em que a mulher seja reconhecida em sua potência plena.

Boa leitura!

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)



JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

1º/1 Conf. Universal • 1º/3 Carnaval • 15/4 Paixão de Cristo • 21/4 Tiradentes • 1º/5 Dia do/a Trabalhador/a • 16/6 Corpus Christi • 7/9 Independência • 12/10 N. Sra. Aparecida • 2/11 Finados • 15/11 República • 25/12 Natal

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

1º/1 Conf. Universal • 13/2 Carnaval • 29/4 Paixão de Cristo • 21/4 Tiradentes • 1º/5 Dia do/a Trabalhador/a • 30/6 Corpus Christi • 7/9 Independência • 12/10 N. Sra. Aparecida • 2/11 Finados • 15/11 República • 25/12 Natal

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
ABRIL	MAIO	JUNHO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

FERIADOS

1º/Janeiro (domingo) Confr. Universal
21/Fevereiro (terça) Carnaval
7/Abril (sexta) Paixão de Cristo
21/Abril (sexta) Tiradentes
1º/Maio (segunda) Dia do/a Trabalhador/a
8/Jun (quinta) Corpus Christi

7/Set (quinta) Independência do Brasil
12/Out (quinta) N. Sra. Aparecida
2/Nov (quinta) Finados
15/Nov (quarta) Proclam. da República
25/Dez (segunda) Natal



Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

- 01** Confraternização Universal
- 21** Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa
- 24** Aniversário da Previdência Social (Lei Eloi Chaves) e de fundação do Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra (MST)
- 29** Dia Nacional da Visibilidade Trans

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

07 Dia Internacional dos Povos
Indígenas

21 Carnaval

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

08 Dia Internacional de luta das Mulheres

13 Aniversário de 30 anos Código de Ética da/o Assistente Social (1993)

14 Data do assassinato da vereadora Marielle Franco. Permanece o mistério sobre a motivação para o crime.

21 Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial

30 Dia Mundial da Juventude

Segunda

Terça

Quarta

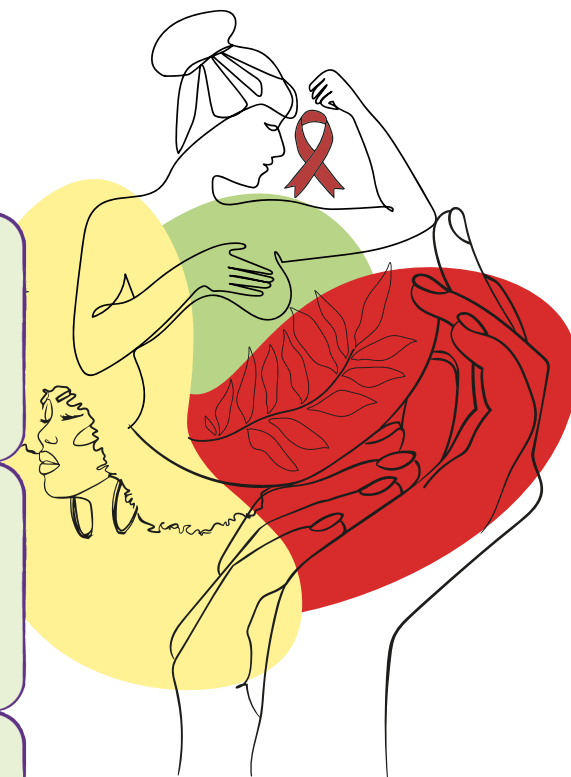
Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30



**LEMBRETES E
CALENDÁRIO DE LUTAS**

06 Aniversário de aprovação
da Política Nacional de Saúde
Mental (lei 10.216/2001)

07 Dia Mundial da Saúde
- Paixão de Cristo

17 Dia Nacional de Luta
pela Reforma Agrária e Dia
Internacional das Lutas
Camponesas

19 Dia da Luta Indígena

21 Tiradentes

28 Dia Internacional da
Educação

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

**LEMBRETES E
CALENDÁRIO DE LUTAS**

1º Dia Internacional do/a
Trabalhador/a

02 Dia Nacional de Combate ao
Assédio Moral

15 Dia da/o Assistente Social

17 Dia internacional de Combate à
LGBTQIA+fobia

18 Dia internacional da Luta
Antimanicomial e Dia Nacional
de Enfrentamento ao Abuso e
Exploração Sexual Infanto-Juvenil

25 Dia do/a Trabalhador/a Rural

28 Dia Mundial de Luta pela
Saúde da Mulher e Dia Nacional
de Redução da Mortalidade
Materna

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

- 05** Dia Mundial do Meio Ambiente
- 07** Aniversário da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social
- 08** Corpus Christi
- 12** Dia Mundial de Enfr. ao Trabalho Infantil
- 15** Dia Mundial de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa
- 20** Dia Mundial das/os Refugiadas/os
- 21** Dia Internacional da Educação não-sexista
- 26** Dia Internacional de luta contra a Tortura
- 28** Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

13 Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)

25 Dia Internacional da Mulher Negra latino-americana e Caribenha

Segunda

Terça

Quarta

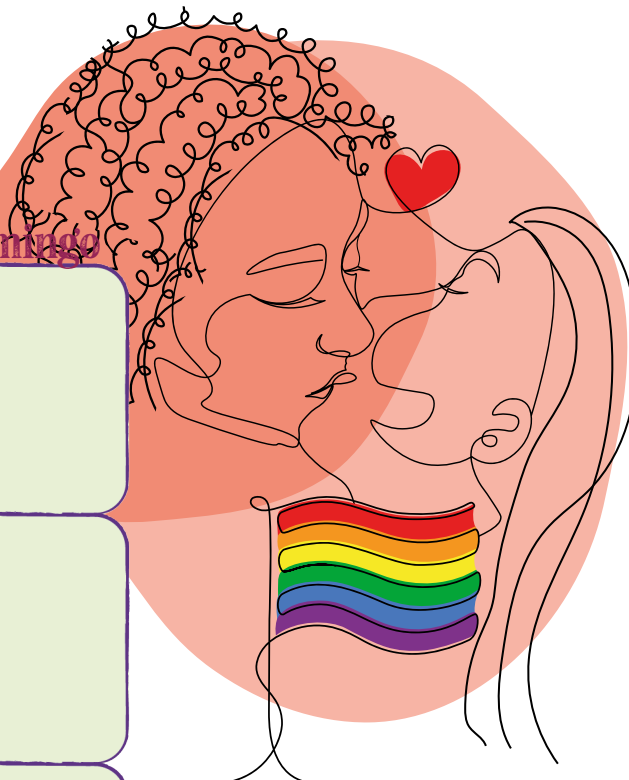
Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

- 7** Aniversário da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)
- 9** Dia Internacional de Luta dos Povos Indígenas
- 11** Dia Nacional do/a Estudante
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo
- 19** Dia de Luta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua
- 29** Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

7 Independência do Brasil e Grito dos/as Excluídos/as

21 Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência

23 Dia Internacional das Línguas de Sinais e Dia internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

28 Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

1º Aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)

5 Aniversário da Constituição Federal do Brasil (1988)

10 Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher e Dia Mundial da Saúde Mental

12 Nossa Senhora Aparecida

15 Dia do/a Professor/a

Segunda

Terça

Quarta

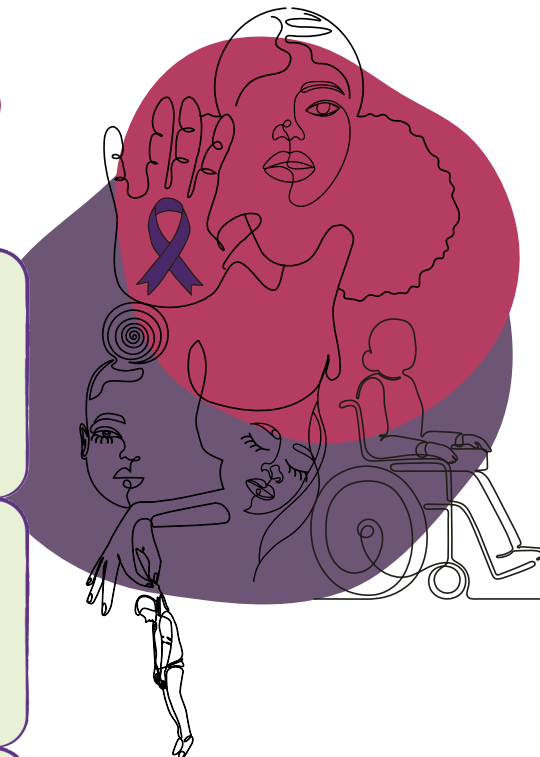
Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

2 Finados

15 Proclamação da República

20 Dia Nacional da Consciência Negra

25 Dia Internacional de luta contra a Violência contra a Mulher

Segunda

Terça

Quarta

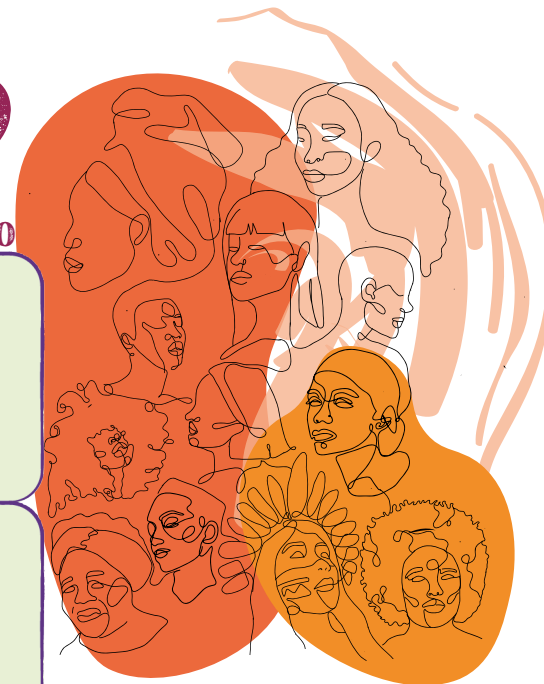
Quinta

Sexta

Sábado

Domingo

				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31



LEMBRETES E CALENDÁRIO DE LUTAS

1º Dia Mundial de Luta contra a Aids

3º Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

7º Aniversário da Lei Orgânica de Assistência Social (lei 8.742/1993)

10º Dia Internacional dos Direitos Humanos

25 Natal



Mulher, raça, classe e o trabalho profissional

AUTORAS

Dacia Teles, Emily Marques e Maurideia Soares –
conselheiras do CFESS (Gestão 2020-2023)

Iniciamos a Agenda Assistente Social 2023, afirmando que, assim como se intitula o livro de Angela Davis, para falarmos de mulheres, precisamos necessariamente pensar raça e classe, para orientar nossa práxis. Em outras palavras, as opressões patriarcal e racista são estruturantes das relações sociais capitalistas e, por isso, precisam fundamentar nossas análises e intervenções profissionais.

Para melhor apreensão histórica dos processos e expressões de desigualdades, discriminações, violências e violações, é necessário realizar análises críticas para compreensão das opressões relativas a gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, gerações e outras categorias sociais. No entanto, cabe também considerar que o capitalismo se estruturou a partir do modo de produção escravagista, justificado por teorias raciais que sustentaram discurso da supremacia branca e ocidental, que resultou na objetificação, dominação e expropriação de pessoas negras. Do mesmo modo, o capital também se alimenta do alijamento da vida política e pública e destituição de direitos das mulheres, que são explicados a partir das diferenças sexuais e biológicas que

tentam justificar as práticas de submissão, inferiorização e exploração do trabalho. Esses mecanismos ideológicos de dominação são historicamente mantidos e indissociáveis do capitalismo.

Refutamos, desde já, análises rasas, que consideram que as questões vinculadas às mulheres e às opressões são vinculadas apenas à cultura ou, ainda, que tal debate (na práxis política) fragmenta a classe trabalhadora.

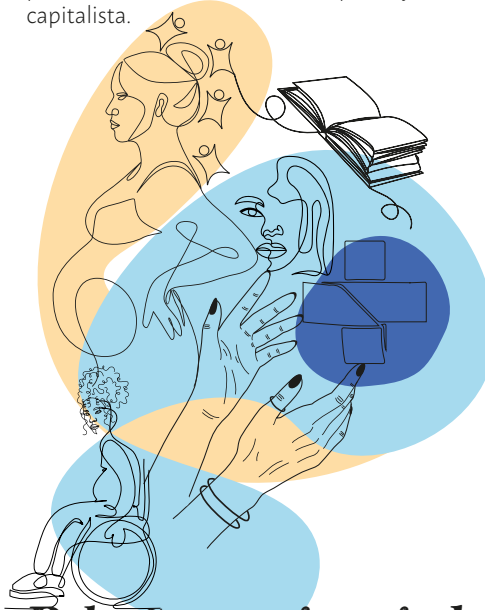
Nós, mulheres, assistentes sociais, compomos a classe trabalhadora e defendemos uma concepção de classe trabalhadora concreta, una e diversa. A visão reducionista de classe e de opressões traz impactos nas análises da realidade e, consequentemente, para as lutas sociais. Assim como uma visão homogeneizadora de mulher, desconsiderando classe e raça e desconsiderando a história com o colonialismo e imperialismo, novamente cai numa visão abstrata e não avança na compreensão das causas da opressão/exploração e porque nossas lutas precisam ser anticolonialistas, antirracistas e não vinculadas a um empoderamento individual ou à busca de uma igualdade dentro do capitalismo. As relações de exploração também são balizadas por relações de opressão e vice-versa, formando uma totalidade contraditória e dinâmica.

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993) possui, entre seus princípios fundamentais, a referência ao nosso “empenho, na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito a diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Nesse sentido, a luta histórica pela equidade e justiça social precisa ser sustentada por ações cotidianas de combate a todas as formas e manifestações de dominação-exploração, cujo horizonte é a transformação do presente e a projeção de uma sociedade sem exploração, sem desigualdades e alienação.

Falar sobre mulheres e o trabalho profissional do Serviço Social possui profunda conexão. Tanto por sermos mulheres quase na totalidade da composição da nossa categoria, e incluindo as diversas identidades femininas que a compõem, como mulheres cis, mulheres trans e travestis; as diversas orientações sexuais, como lésbicas, bissexuais, heterossexuais, dentre outras; quanto

por atendermos muitas mulheres em nosso cotidiano de trabalho. Portanto, as relações patriarcais permeiam nossa profissão de diferentes formas e trazem impactos em nosso trabalho profissional.

É preciso, no cotidiano, compromisso real com o enfrentamento das opressões, da exploração e da alienação, e refletirmos sobre a contribuição da nossa profissão ao enfrentamento das opressões patriarcal e racista, no modo de produção capitalista.



Relações patriarcais de gênero e políticas sociais

AUTORA

Verônica Ferreira – assistente social e professora da UFRN

As políticas sociais, campo por excelência da atuação de nós, assistentes sociais, incidem sobre as desigualdades produzidas pelas relações sociais de classe, de sexo e de raça. Mas além disso, expressam, elas mesmas, a dimensão patriarcal e racista do Estado capitalista, com os matizes próprios da formação social brasileira.

As desigualdades estruturais entre homens e mulheres são, a um só tempo, objeto da intervenção destas políticas, como norteiam

sua orientação, podendo contribuir para seu enfrentamento ou ser instrumento de sua reprodução; nesse sentido, assumem também uma dimensão contraditória. Tais políticas podem, a depender de sua orientação e das tendências que assumem em determinadas conjunturas, contribuir para favorecer a autonomia das mulheres ou sua subordinação. É nestes limites e contradições que se dá a intervenção profissional.

O fato de as mulheres serem a maioria das usuárias das políticas sociais e, portanto, a quem se destina majoritariamente a ação profissional, torna evidente que a atuação profissional se defronta necessariamente com as expressões do patriarcado, agravadas pela sua condição de classe e racial. Dentre estas problemáticas, se impõe a violência dos homens contra as mulheres, que persiste e se agrava na atual conjuntura brasileira, incitada pelas forças neoconservadoras alardeadoras dos mais terríveis discursos patriarcais na sociedade, e que no governo atuam para desestruturar as políticas e redes de enfrentamento. É de fundamental importância visibilizar que a rede de atenção à saúde, assim como a rede socioassistencial, em seus diferentes níveis, são porta de entrada de mulheres e meninas em situação de violência sexista, incluindo-se aí a violência sexual e seus agravos à saúde, à autonomia e à vida de mulheres e meninas. A atuação do Serviço Social tem sido decisiva frente a estas situações, em que pesem os limites concretos que marcam o cotidiano dos serviços, resultado da política de desmonte que vem acompanhada de medidas conservadoras de caráter misógino, que atentam contra a autonomia e reforçam o teor controlista sobre as mulheres.

É o caso das terríveis tentativas de cercear o direito de meninas vítimas de violência sexual à interrupção da gravidez, direito previsto em lei. As possibilidades desta intervenção, todavia, vêm sendo ameaçadas pelas diretrizes conservadoras como as do governo Bolsonaro, que em seu conjunto tentam impor uma política de redomesticação das mulheres, especialmente acentuando o controle de sua sexualidade e cerceando sua autodeterminação reprodutiva, mas também reforçando uma orientação familista e maternalista no âmbito das políticas sociais.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho, produzidas pela divisão sociosexual do trabalho, se expressam na maior

desproteção social que as atinge. São as mulheres as mais impactadas pela Reforma da Previdência, uma vez que são a maioria em situação de desemprego e trabalho precário, com pouca ou nenhuma capacidade contributiva. Seguem, ainda, majoritariamente encarregadas - e sobrecarregadas - pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, em um contexto de retração brutal da já insuficiente política de socialização deste trabalho no âmbito da reprodução social. Pelo contrário, essa situação se agravou no contexto da pandemia e de pandemônio ultraneoliberal, com o desfinanciamento das políticas de educação e saúde.

Em 2021, apenas 20% das crianças brasileiras tinham acesso à creche. O desmonte em curso tem como contraface a maior apropriação do tempo e do trabalho não remunerado das mulheres na reprodução social, seja realizando o que deveria ser provido pelas políticas sociais, seja despendendo mais tempo na batalha pelo acesso a direitos, seja pela imposição de condicionalidades que reforçam a divisão sexual do trabalho e sua responsabilização no âmbito das famílias e da própria política. Exemplo cabal dessa tendência que associa neoliberalismo e neoconservadorismo é a recente proposta do *homeschooling*, que preconiza a transferência da educação infantil para a responsabilidade das famílias, o que significa, sobre as costas das mulheres.

Dessa maneira, vem se reforçando, na atual conjuntura, uma tendência histórica das políticas sociais no capitalismo dependente: a realização de políticas sociais a baixo custo, pela oneração da carga de trabalho não remunerado das mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora, majoritariamente mulheres negras. É no contexto dessas tendências que vemos emergir discursos conservadores, que apelam à valorização da família e do lugar subordinado das mulheres nesse âmbito. Esses discursos encobrem um interesse material concreto: o reforço de uma orientação maternalista e heterossexista das políticas, da divisão sexual do trabalho, da sobrecarga das mulheres na reprodução social e a usurpação do fundo público para os interesses do capital.

O compromisso ético-político de nós, assistentes sociais, com a autonomia e a liberdade das mulheres deve se traduzir no reconhecimento das determinações do patriarcado capitalista e racista nas políticas sociais e nas demandas das usuárias. Isto exige tomar parte das lutas sociais

levadas adiante pelo movimento feminista e de mulheres e outros sujeitos comprometidos com o enfrentamento dessas tendências neoconservadoras e neoliberais nas políticas sociais, que impactam as usuárias e profissionais, mulheres da classe trabalhadora, com quem estamos, e quem somos!



A luta histórica das mulheres e dos movimentos feministas

AUTORA

Telma Gurgel - assistente social e professora aposentada da Uern

Ao longo da história, as mulheres organizadas estiveram presentes nos embates políticos da luta entre a classe trabalhadora e a burguesia. Foi assim nas revoltas populares ainda nos séculos XV e XVI, no processo da Revolução Francesa, nas revoluções de 1848, na Comuna de Paris, nas revoluções do século XX; enfim, não existe um movimento com radicalidade, no processo de transformação da sociedade, que não tenha a presença das mulheres e sua luta específica.

Apesar de as mulheres contarem com o apoio do movimento dos trabalhadores em suas pautas, foi particularmente com relação ao direito ao trabalho

que houve maior resistência. Inclusive em 1866, no congresso da Internacional dos Trabalhadores, os delegados se posicionaram contrários ao trabalho feminino. Esta decisão provocou reação imediata das mulheres socialistas, que intensificaram as manifestações e as petições públicas e fundaram a primeira associação feminista, chamada de Liga das Mulheres, em 1868.

Na continuidade, várias organizações internacionais foram criadas e eram realizadas conferências, que definiam as lutas e estratégias do movimento de mulheres, em nível mundial. Sendo numa dessas reuniões, na segunda Conferência Internacional da Mulher, em 1921, que foi definido o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem ao motim iniciado pelas mulheres russas nesse mesmo dia em 1917, que culminou com o estabelecimento da Revolução Russa.

A consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram alterações de ordem econômica, social e política, que tiveram repercussões na vida das mulheres, que, no entanto, continuavam excluídas dos direitos civis e políticos. É nesse contexto que surge a luta sufragista.

Dentre as particularidades deste movimento, o seu caráter de massa, já que mobilizou milhões de mulheres por sete décadas em diferentes países do mundo, desafiou as feministas socialistas no interior das organizações sindicais e foi fundamental para o posicionamento político de articular a luta das mulheres com a luta pela emancipação humana.

A conquista do direito ao voto, no entanto, não encerrou as dificuldades e violências sofridas pelas mulheres no mundo da política. Basta lembrar que somos apenas 15% de parlamentares na Câmara Federal e que, muitas de nós são vítimas cotidianas da violência política de gênero, que chegou ao seu auge com o assassinato de Marielle Franco, vereadora e ativista dos direitos humanos no Rio de Janeiro, em 14 de março, no Dia da Poesia, em 2018, há exatos 5 anos.

No Brasil em particular, as mulheres foram protagonistas de várias lutas que culminaram na garantia de direitos sociais fundamentais, como a luta por creches e contra a carestia, em plena ditadura, além de somarem em todos

os movimentos pelo fim da ditadura e em seu enfrentamento.

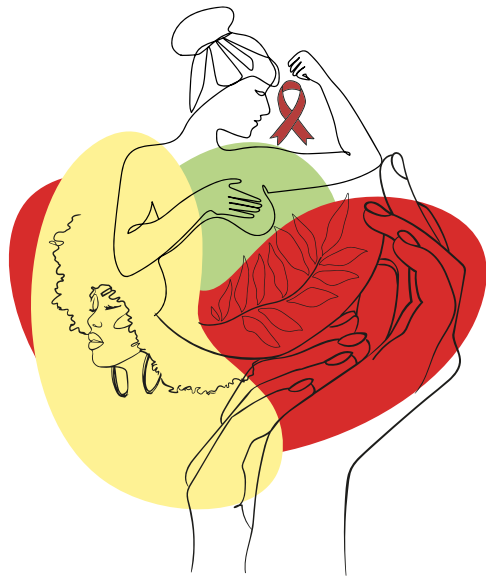
Além disso, fomos incansáveis na busca por uma política pública de saúde universal e que garantisse a integralidade da saúde das mulheres, que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Atuamos com firmeza na reivindicação das delegacias de proteção à mulher e na elaboração da Lei Maria da Penha e de todos os mecanismos de prevenção, denúncia e punição dos atos de violência e feminicídio. Apesar disso, ainda temos muito a fazer na defesa da vida das mulheres.

Também estivemos presentes na defesa de um sistema de Seguridade Social que reconhecesse o cuidado exercido pelas mulheres como uma atividade essencial para a sociedade, e que garantisse proteção e bem estar para a família. Aliás, a ideia de família como laços de afetos e como uma instituição social diversa e sem modelo específico também foi elaborada pelo feminismo, em sua luta por uma justa divisão do trabalho doméstico, no combate à violência e na questão dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse campo, ainda podemos destacar a conquista da aposentadoria para a trabalhadora rural e a regulamentação do trabalho doméstico também como frutos da luta incessante das mulheres na sociedade.

Tudo isso só foi possível com a atuação permanente das mulheres na conjuntura brasileira, mediante um processo de construção da consciência feminista, baseado na formação política, ação militante e na identificação de pontos comuns na realidade vivida pelas mulheres.

Conhecemos bem essa força da luta das mulheres, pois, como profissionais e como indivíduos, sentimos no nosso dia a dia, no atendimento e nas nossas vidas, como é duro ser mulher numa sociedade machista, racista e capitalista. Visualizamos, em nosso exercício profissional, as expressões reais da questão social, como a fome, desemprego, violência, abandono no rosto das mulheres, em sua maioria negra, pobre e da periferia.

Essa condição histórica só reforça a importância da aliança estratégica entre o Serviço Social e o feminismo para que juntas possamos encontrar saídas coletivas e de solidariedade, baseadas nas experiências da organização coletiva da mulher da classe trabalhadora.



Saúde das mulheres

AUTORA

Janaiky Almeida – assistente social, professora da UFRN, e integrante da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher – Cismu/CNS

Falar sobre saúde em um contexto de pandemia, de aumento da pobreza e das diversas expressões de violência é um desafio não apenas no campo profissional, mas na dinâmica de vida da classe trabalhadora como um todo. Desde a década de 1980, por meio do Movimento de Reforma Sanitária, das conferências de saúde e dos movimentos em defesa da democracia no Brasil, avançamos na compreensão do significado sobre saúde e adoecimento.

Tal compreensão é referendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e diversos organismos internacionais, ao explicitar que a condição de saúde não se expressa pela ausência de doença, mas pelo bem-estar físico, mental e social. Dessa forma, compreendemos que as relações de exploração/dominação de classe, de raça e de gênero/sexo interferem diretamente nas condições de saúde.

Dada a situação de pobreza que se agravou no Brasil nos últimos anos, os povos negros e as mulheres são os que mais sofrem os rebaixamentos

não apenas no que se refere ao corte de verbas nas políticas públicas, mas no aumento das distintas formas de violência que geram processos de adoecimentos físicos e mentais.

Para além da consubstancialidade das relações sociais que estruturam a sociedade patriarcal, capitalista e racista, há, em cada uma dessas relações, particularidades que expressam a nossa diversidade. Dessa forma, o atendimento à saúde também tem distinção de acesso entre as periferias, centros urbanos, cidades interioranas e os povos do campo. Sobre estes últimos, englobando comunidades ribeirinhas, quilombolas e também os povos indígenas, apontamos não apenas a ausência de políticas públicas, mas um constante ataque à demarcação de terras e aos modos de existir desta população, reiterando violências históricas.

Ao situar os povos do campo, ressaltamos que o modo de vida e de alimentação interfere diretamente nas condições de saúde e, contrariamente a estes cuidados, nos últimos 3 anos (2019 a 2021), cresceu a liberação do uso de pesticidas (agrotóxicos), com aprovação do governo federal, o que afeta a qualidade da alimentação, que já é escassa. De acordo com o inquérito nacional realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), referente à segurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação.

Nessa condição familiar, as mulheres são as que se encontram em maior situação de desnutrição, por muitas vezes abrir mão do seu alimento ou não se alimentar adequadamente, para priorizar maridos e filhos. Esta realidade de escassez de alimento gera adoecimento físico e psicológico, associado à sobrecarga de trabalho doméstico.

São as mulheres também as que sofrem maior impacto com o acelerado processo de desfinanciamento das políticas públicas sob três ângulos: 1 – o chamado ao voluntariado e à responsabilização familiar, a qual historicamente recai sobre as mesmas, via cuidado com crianças, pessoas idosas e demais familiares; 2 – impacto na própria condição de saúde; 3 – Maiores desafios para acesso às políticas de saúde específicas, dados os constantes ataques ao Sistema Único de Saúde.

De acordo com o “Balanço Geral do Orçamento da União”, realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), referente aos anos de 2019 a 2021, vários setores foram atingidos pelo corte de recursos necessários ao seu bom funcionamento. O documento salienta que, entre as políticas mais afetadas, estão a saúde, educação, meio ambiente, moradia, criança e adolescente e combate ao racismo. As políticas para mulheres tiveram uma queda de 46% de investimentos de 2020 para 2021, e as políticas para igualdade racial perderam mais de 8 vezes da quantidade de recursos nos últimos três anos.

Referente à saúde das mulheres, além da queda de investimentos, houve retrocessos no atendimento com integralidade às mulheres e garantia do respeito à diversidade, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. Exemplo disso foi a extinção da Rede Cegonha – que tinha como perspectiva uma atenção humanizada e em equipe multidisciplinar – e substituição pela Rede de Atenção Materno Infantil (Rami), com uma perspectiva mais hospitalocêntrica e medicalocêntrica; proibição do uso do termo violência obstétrica; mudança em orientações da caderneta da gestante, bem como portarias e normativas com viés de policiamento sobre a vida das mulheres, referentes ao acesso aos serviços de aborto legalizado.

Nesse contexto de desmonte do SUS e das demais políticas públicas, que afetam as condições de saúde e qualidade de vida da classe trabalhadora, o/a assistente social sofre diversos rebaixamentos: como trabalhador/a que se insere nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, pela precarização das condições de trabalho; como usuário/a também das políticas públicas e como sujeito coletivo, pelo modo como o desmonte das políticas, associado ao direcionamento conservador das ações estatais, afeta a efetivação do nosso projeto ético-político.



A luta antimanicomial e a saúde mental das mulheres

AUTORA

Rachel Gouveia – assistente social e professora da UFRJ

No interior dos hospitais psiquiátricos brasileiros, diferentes fissuras ocorreram por meio de expressões éticas, estéticas e poéticas insubmissas, tendo diferentes mulheres protagonizando tamanha ruptura e insubordinação ao poder e saber ordenador do espaço asilar. Essas atuações foram esquecidas por muitas de nós, já que são corpos e subjetividades considerados desviantes, perigosos e tomados por supostas paixões que lhes “retira a sanidade”.

A considerada “rebelia feminina” foi silenciada diferentes vezes com a institucionalização de jovens e adultas nas escolas internas, nos conventos ou nos manicômios. No caso daquelas depositadas nas alas psiquiátricas brasileiras, a “natureza feminina” era uma justificativa para afirmar que instabilidades emocionais vinculadas a uma suposta “condição natural” poderiam gerar alterações comportamentais. O “desvio” dessa “natureza” seria a manifestação da doença em si ou consequência dela.

Dessa forma, mulheres que não desejavam casar, as que estudavam demais ou que rompiam com a

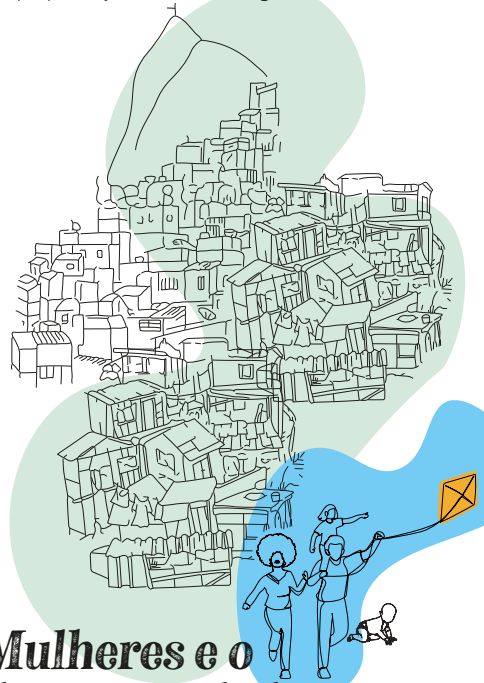
família, eram vistas como “loucas” e necessitavam de tratamento psiquiátrico. Não podemos deixar de destacar aquelas que amavam outras mulheres ou que transgrediam com a identidade de gênero hegemônica, também eram submetidas às intervenções terapêuticas clássicas, como os eletrochoques, a lobotomia, a camisa de força ou a cela forte. Portanto, a medicalização cumpre um papel importante na reprodução do discurso disciplinador sobre a mulher, sua sexualidade e seu corpo.

A medicalização do corpo feminino é uma estratégia de controle que se diferencia quando partimos da intersecção entre raça, gênero e classe. No caso das mulheres negras, que fogem completamente da idealização do “ser mulher” e de sua “natureza feminina”, uma vez que não são vistas como humanas, a medicalização da existência é prática recorrente ainda hoje e atualizada pelo higienismo. São elas as que mais sofrem com a esterilização coercitiva, a retirada compulsória dos bebês ou o assassinato de seus filhos, ocasionados pela violência armada. Além disso, sempre estiveram presentes nas alas psiquiátricas, sejam como trabalhadoras ou pacientes. Como o racismo é a pedra angular do manicômio brasileiro, que cumpre a tarefa de manutenção da ordem e dos bons costumes.

Nesse caminho, é necessário que nós, assistentes sociais, venhamos a assumir a Luta Antimanicomial e seus princípios – a liberdade, a emancipação e os direitos humanos, como componentes do projeto profissional e de sua direção. Lembramos que maio é o mês de muitas lutas: o Dia da/o Assistente Social, o Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia e o Dia da Luta Antimanicomial. Dessa maneira, é urgente desnaturalizar as formas de controle e de produção de sofrimento e adoecimento psicossocial, que criam e atualizam práticas e instituições que silenciam corpos e subjetividades considerados desviantes e perigosos. Para isso, é preciso reconhecer que há uma diferenciação dessas intervenções quando analisamos a realidade a partir das intersecções de raça, gênero e classe.

Tratar de saúde mental não pode ser algo restrito às profissionais que atuam na política de saúde mental, álcool e outras drogas. Aqui falamos de concepções de saúde mental que estão em disputa e que atravessam todas as esferas da vida social, rebatendo diretamente na vida das

mulheres, em especial, das negras, pobres, faveladas, LGBTQIAP+. A precarização das condições de vida, a intensificação da violência e a banalização da existência intensificam o aumento do sofrimento e da demanda por respostas. Portanto, a luta “por uma sociedade sem manicômios” precisa ser radicalmente feminista, antirracista, antiLGBTQIAP+fóbica, antiproibicionista e anticapitalista, uma vez que o aparato manicomial cumpre uma função estratégica na perpetuação do modelo vigente.



Mulheres e o direito à cidade

AUTORA

Mércia Alves – assistente social, integrante do Instituto Feminista SOS Corpo e conselheira do CRESS-PE

A questão social urbana sempre foi um dos centros da ação ético-política profissional do Serviço Social. A sua expressão está articulada à posse da terra e como se deu seu processo de distribuição no Brasil, em decorrência da escravidão, determinante do surgimento do latifúndio no país. Esse processo foi seguido pela ebulição da industrialização, após os anos de 1950, que provocaram inflexões na vida urbana, em múltiplas manifestações; na recomposição da classe

trabalhadora e sua relação campo-cidade; no grande fluxo migratório e o crescimento das ocupações urbanas e sua periferização; na precarização da vida cotidiana, com impacto sobre o custo do valor trabalho na cidade-campo e com uma frágil infraestrutura urbana, como pavimentação, água, transporte, luz, dentre outros. Essas revelações na vida cotidiana da classe que vive do trabalho se reconfiguraram no tempo-espço e numa dinâmica articulada ao ciclo de recomposição do capital, para assegurar sua capacidade de expansão e lucro, e estas mudanças na base produtiva e na reprodução social coloca, para nós, novas requisições, que se articulam com a luta por direitos nas ruas, nas praças e na dinâmica institucional.

A luta pelo direito à cidade é um desafio constante, por trazer em si um potencial de questionamento a ordem urbana instituída e imposta pela lógica do capital, com a mercantilização da vida social, que está expressa no alto custo da moradia, água, transporte, dentre outros. A luta pelo direito à cidade e a reforma urbana ganham forma diariamente pela precariedade das condições de vida da população trabalhadora, dentre esta as mulheres chefes de família, moradoras das periferias urbanas, que em sua maioria são negras, revelando que as comunidades periféricas, de lutas e resistências, enfrentam, por meio da ação do Estado, o racismo estrutural legado da formação social brasileira colonial-racista.

O centro da nossa ação profissional, o objeto da intervenção de profissionais de Serviço Social, nas múltiplas expressões da questão social, e de forma particular a questão urbana, nos coloca muitos desafios pela sua amplitude. É uma ação político-profissional territorializada e diversa, por estar articulada a uma vida cotidiana da classe que vive do trabalho, usuários/as das políticas e serviços urbanos – moradia, água e saneamento, transporte, terra urbanizada, dentre outros –, que está marcada também por uma heterogeneidade, de classe, étnico-racial, sexo/gênero, o que demonstra a vivência diferente e desigual nas cidades.

Como profissional de Serviço Social, militante feminista e da luta urbana, vejo que lutar pelo direito à cidade e uma vida urbana, e em diálogo com nosso projeto ético-político, com seus princípios e valores, significa ir além da formalidade jurídico-legal e institucional. A luta pela terra faz mais de 500 anos! O princípio da luta pelo direito à cidade e a reforma urbana,

uma peleja de mais de 60 anos na luta dos movimentos sociais urbanos, e na qual a categoria esteve sempre presente, significa uma batalha pela desmercantilização das cidades, um novo projeto político societário que esteja embasado no compartilhamento e controle social da produção social e dos bens comuns, sob o qual rege-se a acumulação da riqueza do capital. A vida urbana está a cada dia sendo matéria “da esperteza internacional” e se apresenta como o “centro das ambições”, com uma reordenação do espaço urbano, que intensifica as desigualdades e num contexto socioeconômico e ideopolítico, que promove criminalizações da luta urbana e o genocídio negro nas ruas e periferias urbanas.

Neste campo de luta, temos avanços e recuos que devem ser matéria da nossa reflexão, para ampliar nossa análise e práxis profissional. Temos, nacional e localmente, algumas referências da luta política que se incorporou à institucionalidade, como argumento e base legal para o acesso aos direitos sociais urbanos, para ampliar as condições de habitabilidade, como o Estatuto da Cidade de 2001 e as políticas nacionais e programas de habitação, água e saneamento ambiental, transporte, trânsito e mobilidade urbana, construídos na primeira década deste século. Mas estas políticas, no atual percurso de inflexão conservadora, promoveu uma destituição do legado e reconhecimento delas como direito social, o que implica garantias pela ação estatal. Os ataques à estrutura da gestão democrática e participativa, como a destituição do Conselho Nacional das Cidades e o desfinanciamento das políticas urbanas, nos últimos 4 anos, demonstram que é preciso restaurar toda uma base de referência da luta urbana, articulada a um modelo de desenvolvimento que seja contra a gentrificação nas cidades e a megaempreendimentos e projetos que promovam danos ambientais e expulsão da população, com despejos em massa.

A nossa formação e ação profissional tem ainda muitos desafios neste campo de luta política, como a inclusão nos núcleos que integram a formação profissional, como o Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional; de uma literatura e referências do campo do feminismo materialista negro e decolonial, como contribuição ao nosso pensamento crítico e uma perspectiva interseccional que oriente nossa práxis.



Patriarcado e racismo

AUTORA

Patricia Maria – assistente social da prefeitura de São Paulo e conselheira do CRESS-SP

Inicio esse texto saudando nossas mais velhas, nossas ancestrais, que há séculos lutam contra o racismo, o machismo e todas as formas de violência contra o nosso povo. Peço licença a essas mais velhas, assim como peço licença às nossas mais novas, pois o ato de escrever para uma pessoa preta nunca é e nunca será um ato individual, é um ato político coletivo.

Escrevo sobre o meu povo, escrevo para aquelas que vieram antes, assim como escrevo para aqueles que estamos gestando, nutrimos, educando. Escrevo para meu filho, escrevo para nossas crianças, que são nossa esperança mais bonita de futuro: nossos passos vão longe.

E agora, vamos falar um pouco sobre a história que a história não conta?

O ano era 1992, o local Santo Domingo (República Dominicana), que sediava o 1º encontro de mulheres afro latino-americanas e afro-caribenhas, que teve por objetivo dar visibilidade à luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, a exploração e o racismo. Desde então, o dia 25 de julho foi reconhecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha.

Em terras brasileiras, foi por meio da Lei 12.987/2014 que o dia 25 de julho passou a ser considerado oficialmente com o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

“Femenagear” Tereza é também uma forma de homenagear e reverenciar a liderança, potência e resistência das mulheres pretas deste país.

Durante o século 18, Tereza de Benguela, ou Rainha Tereza, como era conhecida, foi uma líder quilombola e esteve, durante muitos anos, à frente do Quilombo do Piolho (também conhecido como Quilombo do Quariterê), atual fronteira entre o Mato Grosso e a Bolívia. Ela foi responsável pela organização política, econômica e administrativa do Quilombo. No auge da colonização, conseguiu sustentar seu quilombo por quase duas décadas, resistindo até 1770. Não se tem registros de como Tereza morreu. Existe uma versão que conta sobre o suicídio de Tereza após ser capturada por bandeirantes, e uma outra que afirma que Tereza foi assassinada e teve a cabeça exposta no centro do quilombo.

Falando para nós: eu, você e o Serviço Social

No período pós-abolição da escravatura, o Estado brasileiro não ofertou políticas sociais específicas as pessoas recém-libertas – a falsa abolição do Brasil relegou a população preta recém-liberta o lugar da ausência do Estado, situação que se mantém até os dias de hoje.

No dia 14 de maio de 1888, tínhamos uma “população recém-liberta” sem acesso à terra; sem acesso à educação, desempregada; desqualificada profissionalmente; sem políticas públicas que lhe garantissem a possibilidade de sobreviver.

Antes e depois da “abolição da escravidão”, as mulheres pretas exerceram papel fundamental na organização do povo preto. Uma de nossas referências acadêmicas e políticas, Lélia Gonzalez, no livro “Primavera para as Rosas Negras”, destaca: “ainda que o elemento masculino fosse maioria, em termos populacionais, as mulheres tiveram papel relevante no período pré e pós-abolição: organizando Quilombos, elaborando estratégias de luta e resistência, sendo uma força moral para seu homem, filho, filhos e irmãos de cativeiro (Lélia Gonzalez – Primavera para as Rosas Negras – página 38).

Como vimos até aqui, mulheres pretas estão sempre em movimento. Organizadas nos partidos políticos, nas associações de bairro, nos movimentos de mulheres; nos movimentos feministas antirracistas e tantos outros espaços de organização e vivências coletivas. Nosso lugar social e político é coletivo!

É das mulheres pretas o choro, mas também a liderança na busca por justiça por filhos/as desaparecidos/as e assassinados/as pela violência, principalmente aquela praticada pela polícia; é de mulheres do campo: quilombolas, ribeirinhas, indígenas e muitas outras – o grito pelo acesso à terra; é das jovens estudantes a cobrança crescente pela educação pública e de qualidade.

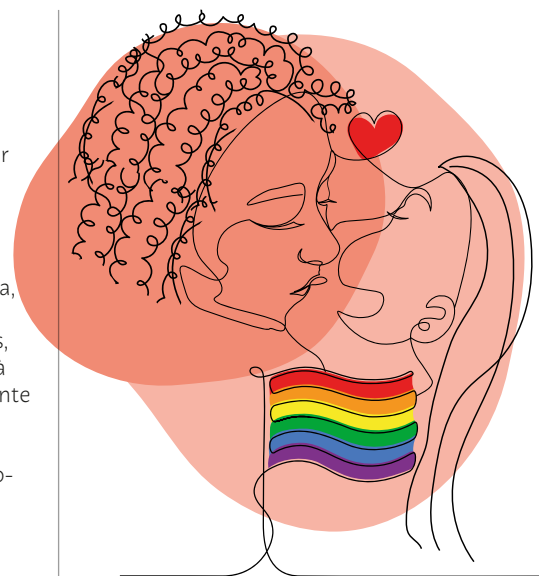
Nós, mulheres pretas, dia após dia, consolidamos como força motriz de mudança para uma sociedade livre de toda forma de preconceito, violências e discriminação.

E costurando o protagonismo das mulheres pretas para transformação social, com a relevância do dia 25 de julho, destaco o “Julho das Pretas”, que se estende por todo o mês de julho, visa a fortalecer as ações coletivas das mulheres pretas, que seguem denunciando o racismo estrutural, as desigualdades, preconceitos e todas as expressões das violências praticadas contra o nosso povo.

E para nós, do Serviço Social, ler, estudar, falar, reverenciar, enaltecer as mulheres pretas que contribuíram para o fortalecimento da profissão é urgente e necessário. Assim como é urgente e necessário compreender as complexidades sociais, econômicas, culturais, de gênero e etnia da população atendida por nós, nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Nesse sentido, destaco aqui a última e a atual campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS, que versa sobre assuntos extremamente relevantes para nossa categoria profissional.

No triênio 2017-2020, a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” trouxe, para centralidade do exercício profissional, o debate sobre as expressões do racismo, na profissão e em toda a sociedade. [...]”



Mulheres no plural: diversas e unas

AUTORA

Mirla Cisne – assistente social e professora da Uern

Mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é outr[a], é as outr[as]. Quando eu puder sentir plenamente [a] outr[a] estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada (Clarice Lispector)

A diversidade é constitutiva da humanidade; logo, entre mulheres não pode ser diferente. Somos múltiplas, diversas, plurais, diferentes e até mesmo desiguais na concretude dos nossos corpos racializados, sexualizados, etarizados, proletarizados, patriarcalizados, precarizados, violentados. Segundo essas dimensões, cada mulher, na sua diversidade, vivência, de maneira particular, opressões, apropriações e explorações de uma sociedade patriarcal, racista-capitalista, que mutila nossa autonomia e liberdade diariamente. Tratar, portanto, a mulher como uma categoria abstrata, isolada da realidade, e homogênea, não é só uma anemia teórico-analítica, é alimentar a reprodução do racismo,

do patriarcado e da desigualdade de classe e seus corolários nas relações de exploração e opressão, inclusive, entre mulheres.

Nossos corpos, porém, também são marcados por resistências, como territórios em disputa, engendrados por lutas em defesa da sobrevivência, da autonomia e da liberdade. Assim, ao mesmo tempo em que afirmo a importância do reconhecimento crítico da materialidade da nossa diversidade, é igualmente importante que sejamos unas em torno da nossa capacidade de luta pela construção de um projeto societário feminista, antirracista e anticapitalista.

É nas lutas anticapitalistas, antirracistas, feministas (dentre as quais, a da população LGBTQIA+) e anticapacitistas, que nos encontramos e nos reconhecemos como companheiras em solidariedade e fortalecimento mútuo, na busca de igualdade social real entre nós e para além de nós, o que exige reivindicar pelo fim de qualquer privilégio e hierarquia.

A unidade é, necessariamente, feita por diferentes. Quando ressalto a importância de sermos unas na nossa diversidade, não é, de maneira alguma, no sentido de nos homogeneizar e anular nossas diferenças quando nos unificamos. Ao contrário, considerar as diferenças, particularidades e até mesmo as desigualdades que nos atravessam, é indispensável para construir nossa unidade em uma perspectiva de totalidade, ou seja, não cair nas armadilhas do identitarismo e das políticas identitárias, isoladas das relações sociais que estruturam a desigualdade social e seus desdobramentos em opressões e explorações diversas. Tais armadilhas não só nos fragmentam e, por vezes, levam-nos a tratar como inimiga quem pode ser nossa aliada, como também, distanciam-nos do encontro entre o que nos deve ser comum, a luta pela emancipação humana. As identidades precisam, necessariamente, ser mediadas pelas relações sociais de sexo, raça e classe de maneira dialeticamente imbricadas. Do contrário, além de nos fragmentar, podemos deslocar a responsabilidade de questões sistêmicas para indivíduos atomizados em caixinhas identitárias.

A busca do entendimento crítico da materialidade histórica das nossas vidas, das nossas consciências e escolhas políticas, parece-me o melhor caminho

para seguirmos e termos condição de saber quem são nossas aliadas e nossos inimigos.

Somos diversas como a mais bela primavera, repleta de flores múltiplas, mas tratada no singular. Assim deve ser o feminismo, como uma primavera de uma síntese de diversas e múltiplas mulheres em luta, que encontram sentido na busca pela emancipação humana.

Que o colorido, a força e o cheiro de poesia e liberdade dessa primavera de mulheres em luta inspire-nos a trilhar os caminhos da construção da estratégia emancipatória.



Em defesa delas, de todas nós

AUTORA

Nathalia Diórgenes - assistente social e professora da Unilab

No dia 28 de setembro de 1990, diversas mulheres reunidas no V Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, definiram tal data como o Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto, com o objetivo de fomentar uma rede de lutas nesta região. A América Latina e o Caribe apresentam a maior parte dos países com o aborto totalmente criminalizado ou com alguns permissivos, concentrando os maiores números de abortos inseguros. A relação entre o capitalismo imperialista e seu projeto de subdesenvolvimento e a restrição dos

direitos e autodeterminação reprodutiva das mulheres é íntima: 97% dos abortos realizados de forma insegura acontecem nos países em desenvolvimento.

Apesar dos ventos da mudança, haja vista as importantes conquistas recentes pela legalização do aborto no México e Argentina, em alguns outros países, as forças conservadoras estão se recompondo e encontrando eco na sociedade. O aborto é um tema sensível, devido ao malabarismo moral realizado pelas forças fundamentalistas, ao rebaixar a vida das mulheres e a sua capacidade de decisão. O aborto não é um procedimento perigoso ou traumático; o que humilha, mata e maltrata as mulheres é a criminalização do aborto, promovida pelas desigualdades de gênero, racismo e estruturas de classe. O moralismo reacionário ignora tantos outros eixos que se articulam ao direito ao aborto legal, seguro e gratuito, tais como: maternidade livre, saúde sexual e reprodutiva, enfrentamento à violência contra as mulheres, mortalidade materna e desigualdades no mundo do trabalho. A legalização do aborto está atrelada a um contexto mais amplo de garantia de direitos humanos e justiça social, efetivando a justiça reprodutiva para as mulheres.

O aborto é uma das principais causas de morte materna. A cada dois dias, uma mulher morre por realizar um aborto; uma mulher morre, porque decidiu sobre o próprio corpo; ou morre, porque foi abandonada pelo Estado e não teve seu direito humano à vida garantido. As mulheres feministas seguem em marcha, denunciando as injustiças em torno da criminalização do aborto e reivindicando justiça reprodutiva para as mulheres. Uma importante ferramenta de luta é a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, que articula diversos movimentos e organizações em torno do direito ao aborto, direitos sexuais e reprodutivos, direito à maternidade livre e segura. A Frente denuncia os abusos do Estado brasileiro sobre as nossas vidas e capacidade reprodutiva, desrespeitando o princípio da laicidade e promovendo uma verdadeira cruzada sobre os nossos corpos. A legalização do aborto é condição para a democratização da vida cotidiana. Apenas quando as mulheres tiverem a apropriação sobre os seus corpos e as suas vidas, podemos falar em justiça social.

Autonomia das mulheres e pessoas que engravidam

AUTORA

Valquiria Ferreira - assistente social do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam)

Pensar em decidir sobre a própria maternidade, ou não maternidade, se transformou em peleja para as mulheres, pessoas que engravidam e profissionais que trabalham para o reconhecimento de direitos, pois, em meio a tudo isso, está a necessidade de conquistar autonomia, ainda hoje um campo de luta dessa população para o reconhecimento dos direitos relativos aos seus corpos.

A Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (Egito) em 1994 foi um marco decisivo para conceituar justiça reprodutiva e estabelecer que as mulheres são sujeitas de direito, que devem possuir e exercer o controle das decisões sobre suas vidas, o que só se efetivará com acesso à informação, atenção integral à saúde, serviços gratuitos e de qualidade, educação adequada, segurança, moradia e emprego.

A violação de direitos básicos, como a decisão de quando gestar e parir, que são negados às mulheres e pessoas que engravidam, concorre fortemente para a ocorrência de procedimentos inseguros, a exemplo dos abortos clandestinos. Estudos diversos mostram a relação entre autonomia e classe social, raça, geração, escolaridade e estado civil, e quais pessoas são mais vulneráveis a compor a estatística dos 721 óbitos maternos entre 2009 e 2018, registrados oficialmente.

São pobres, pretas, jovens, de baixa escolaridade. Sofrem mais preconceitos e falta de acesso a serviços de qualidade, fatos que instigam a reflexão sobre em qual seguimento social as pessoas têm de fato autonomia. Acabar com a morte materna por aborto inseguro é uma questão de justiça social.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da intersetorialidade na agenda das ações previstas pelas políticas de Saúde e Assistência Social.



A superexploração da força de trabalho das mulheres

AUTORA

Clara Saraiva - mestra em serviço social e servidora da UFRJ

Nós, assistentes sociais, trabalhamos e vivemos todos os dias como vivem as mulheres trabalhadoras de nosso país e continente latino-americano. Lidamos com elas como usuárias das políticas sociais, mas também nos reconhecemos nelas, buscando formas de garantir a sobrevivência e a qualidade de vida de nossas famílias. Vivemos no centro do que podemos chamar de crise da reprodução social. Mas, afinal de contas, o que quer dizer isso?

O quadro não nos deixa enganar: atualmente no Brasil, estamos mais desempregadas e ganhamos em média 22% a menos que os homens nos mesmos trabalhos. Entre as profissões mais ligadas à ideia do cuidado, normalmente as mais desvalorizadas, somos a grande maioria, chegando a (dados de 2021) 85% das enfermeiras, 96% das professoras de educação infantil, 92% de empregadas domésticas, sendo que, dentre elas, 65% são mulheres negras e muitas são meninas, por vezes trabalhando em condições análogas à escravidão! Entre nós, assistentes sociais,

as mulheres chegam a 92%. Dentro de casa, também vivemos a desigualdade de gênero, sobrecarregadas com as tarefas domésticas e os cuidados com crianças, idosos/as e outros membros da família. De acordo com pesquisa de 2021, mulheres dedicam quase o dobro do tempo semanal para o trabalho doméstico, cerca de 21 horas, em contraposição a uma média de 11 horas dos homens.

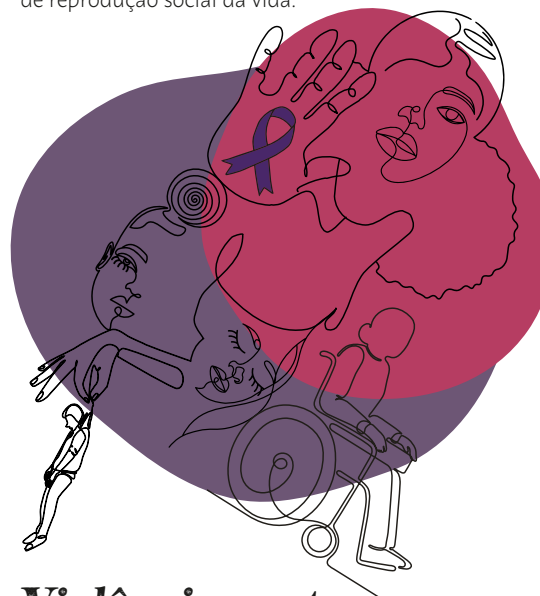
A conta é simples e o resultado quase sempre é a nossa sobrecarga física e mental. Sempre nos sentimos “sem tempo pra nada”, tentando “equilibrar trabalho e família”, com uma sensação de esgotamento, muitas vezes acompanhada por ansiedade, depressão, estresse. A verdade é que a vida no capitalismo, ainda mais nos tempos de crise, espreme as mulheres constantemente entre a necessidade de gerar renda e de manter a sua família bem alimentada, as crianças estudando, as/os idosas/os com saúde, tentando ser feliz. É um verdadeiro cabo de guerra entre a produção de lucro para o capital, que mói os corpos de trabalhadores/as e, por outro lado, a reprodução da vida, por meio de um trabalho desgastante, gratuito e invisível. É o que a autora Nancy Fraser nomeia como crise da reprodução social.

A teoria da reprodução social (TRS) busca responder à pergunta: se é o trabalho do trabalhador que produz toda a riqueza em nossa sociedade, quem então produz (e reproduz) o próprio trabalhador? Como os dados já demonstram, são as mulheres trabalhadoras as principais responsáveis pela reprodução social da força de trabalho. Esse trabalho envolve 3 processos em particular: a reprodução diária dos homens e mulheres que estão trabalhando, a mesma reprodução dos membros da família que não trabalham (idosos/as, crianças, desempregados/as, etc) e a renovação geracional da classe trabalhadora (gestar, parir, amamentar...).

Mas a reprodução social envolve também a socialização, disciplinamento, educação, adaptação a uma determinada cultura e, por isso, está também atravessado por ideologias, religiões e papéis sociais pré-determinados. Portanto, mesmo entre famílias trabalhadoras, a depender do bairro em que se vive, da quantidade de cômodos na casa, se há saneamento básico, água limpa, se o ar é mais ou menos puro, se possui ou não eletrodomésticos para otimizar o trabalho de limpeza e cozinha, se há creches e escolas públicas acessíveis, transporte

barato em condições dignas, se a violência policial é uma constante que mata e impõe um terrorismo permanente; tudo isso determina as condições sob as quais as famílias garantirão sua reprodução social. Portanto, não se trata só da desigualdade de gênero, mas o racismo se impõe com força em todos os aspectos da vida.

O processo histórico de formação da classe trabalhadora brasileira é marcado por sequestros, tortura, estupro e todo tipo de violência cometida contra a população afrodescendente e indígena. Nosso capitalismo dependente se constituiu a partir do desenvolvimento desigual e combinado a nível internacional, de forma histórica e estrutural. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) se propõe a investigar as complexas relações entre centro e periferia. De acordo com Ruy Mauro Marini, um dos intelectuais fundadores da TMD, uma das características do capitalismo dependente é a superexploração do trabalho, que é a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Só podemos compreender como esse processo se dá graças ao racismo e o machismo estruturais na sociedade capitalista. E isso se expressa não apenas nos patamares de precarização do trabalho do conjunto da classe, mas também em suas condições de reprodução social da vida.



Violência contra as mulheres

AUTORA

Maria Elisa Braga - assistente social e representante do CFESS no Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA)

Por mais de 7 mil anos de construção histórica de uma sociedade patriarcal, que construiu o machismo, subalternizou as mulheres e materializou a violência contra elas, é que temos homens algozes e também mulheres (a serviço desta estrutura), reproduzindo relações opressoras e desiguais contra a maioria das mulheres.

Mas a sociedade está despertando nestes últimos duzentos anos, e de forma mais contundente apenas há algumas décadas no Brasil, para o grau de alienação construído historicamente para manter essa desigualdade entre homens e mulheres. É fundamental trazer a discussão e desconstrução da supremacia masculina, especialmente de uma classe social/raça e orientação sexual valorizada em cada sociedade e seus mecanismos para mantê-la.

Isso só está sendo possível pela resistência de mulheres, por meio de coletivos de lutadoras que construíram o movimento feminista e que foram denunciando, produzindo e espalhando ondas de visibilização e formas de combater a desigualdade de gênero contra as mulheres, desigualdade que provoca tanta violência, opressão e morte.

Segundo o levantamento do Instituto Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 4,3 milhões de mulheres brasileiras de 16 anos ou mais foram agredidas fisicamente com tapas, chutes ou socos. Isso significa que, durante a pandemia de Covid-19, no referido ano, a cada 8 minutos, uma mulher sofreu violência física no Brasil.

Segundo o mesmo levantamento, em 2020, foram registrados 60.460 estupros, sendo que 73,7% eram de vulneráveis, 60,6% tinham até 13 anos e, em 85,2% dos casos, o autor era conhecido da vítima.

Quando eu era pequena, minha vó me ensinou a ter medo da rua. Quando cresci, descobri, com os dados e fatos, que meninas e adolescentes são ainda mais molestadas e estupradas em casa, por pai, padrasto, avô, tio e, por último, por um desconhecido da rua.

Uma vez atendi, como assistente social, no CRM onde trabalhei, uma estudante de Direito que

tinha sido vítima de um “boa noite cinderela” (bebida entregue a ela sem saber que continha uma substância que a deixava inconsciente), numa festa a que foi, em um sítio. Acordou sozinha numa cama, percebendo que tinha sido estuprada. Com vergonha, não contou para ninguém e acabou engravidando. Uma amiga da faculdade a encaminhou ao CRM. Só aí entendeu que tinha direito ao aborto previsto em lei, se assim o desejasse. E assim foi encaminhada a um hospital de referência e materializado o seu direito ao aborto legal, assegurado pela Constituição Brasileira desde 1940.

Relatei essas experiências pessoais, tendo consciência de que cada uma/um de nós tem inúmeras situações vivenciadas de invisibilização da violência contra as mulheres, bem como situações de não materialização ou impedimento de acesso a direitos de meninas e mulheres.

E há diferenças que acirram as desigualdades e agravam situações de violência, como: raça/etnia, orientação sexual, condição socioeconômica, faixa etária, ser migrantes ou refugiadas, ou em situação de rua, entre outros.

Dados para conhecermos:

- Feminicídio: 74,7% das vítimas tinham entre 18 a 44 anos, 61,8% eram negras e 81,5% foram mortas por seus companheiros ou ex-companheiros (Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021); o Brasil ocupou o quinto lugar no mundo em número de feminicídios (e há suspeita de subnotificação) (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH, 2020);

- Pandemia: 65% dos 6 milhões de profissionais da área da Saúde são do sexo feminino. E mais: profissionais do Serviço Social do sexo feminino, na área da Saúde, representam mais de 90% (Conselho Nacional de Saúde, 2020/2021).

Destacamos o quão difícil foi a pandemia para todas as mulheres trabalhadoras de todas as políticas, inclusive as assistentes sociais, que tiveram que fazer plantões presenciais, correndo risco de se contaminar e medo de propagar o vírus aos/as familiares. Não deixamos de lembrar o quanto foi quase impossível para todas as mulheres administrar a casa, os filhos e filhas em casa sem escola presencial, o trabalho remoto, a perda do trabalho remunerado, a fome para

elas e filhos/as das que já viviam ou se tornaram vulnerabilizadas e o aumento da violência doméstica sexual e do feminicídio.

A vida das mulheres, nesta sociedade secular desigual, nunca foi fácil. E nos momentos de crise, elas são mais profundamente impactadas. Ainda bem que somos uma profissão que, há mais de quarenta anos, possui um projeto ético-político comprometido com a construção de uma outra sociabilidade, com equidade de gênero, raça, classe e orientação sexual.

Lutamos para que as mulheres tenham uma vida sem violência e morte por serem mulheres; lutamos para que todas as mulheres possam viver com liberdade, autonomia por serem mulheres; lutamos para que todas as mulheres tenham o direito de decidir sobre suas escolhas e vida; lutamos para que toda mulher seja respeitada em seus direitos e apoiada nos direitos que ainda estão por construir.



‘Nada deve parecer impossível de mudar’

AUTORA

Silvana Mara - assistente social e professora da UFRN

A data de 10 de dezembro marca o Dia Internacional dos Direitos Humanos (DH), instituído em face da aprovação, pela ONU, da Declaração Universal dos DH em 1948. Apesar

de se apresentar como universal, tal declaração se fundamenta numa universalidade abstrata, que desconsiderou as mulheres e a diversidade humana em muitas de suas expressões.

Nós, assistentes sociais, em face da renovação teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social no Brasil, temos, como categoria profissional, avançado na defesa dos direitos humanos. Na esteira do amadurecimento das reflexões éticas, fortalecemos o compromisso com a democratização da vida social, com a liberdade como valor ético central e com a defesa dos direitos do trabalho. Foi assim que definimos como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (1993), “a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

Por isso, é tão importante compartilhar, em nossos espaços de trabalho e de atuação política, que a concepção de DH que defendemos se diferencia radicalmente da visão liberal que entende estes direitos de forma abstrata, sem considerar a realidade da desigualdade social e da violação da diversidade humana. Esta concepção liberal dos DH fica restrita aos postulados das leis, declarações, conferências e convenções. Ainda que estes documentos e ações tenham relevância social, sabemos que no capitalismo prevalece um abismo estrutural entre a dimensão jurídico-política, expressa na forma da lei, e a vida concreta. De tal modo que falar em DH tem sido explicitar processos intensos de exploração da força de trabalho e de formas de opressão. Sabemos bem disso, pois nossa população usuária sofre as dramáticas implicações das expressões da questão social. E nós, como profissionais, também vivenciamos precarização das condições de trabalho, intensificação no ritmo de desenvolvimento das atividades, mediante aumento expressivo das demandas.

As classes dominantes, especialmente em tempos de crise estrutural do capital, violam, de forma permanente, os direitos do trabalho, com ataques destrutivos à Seguridade Social e às relações trabalhistas. Convivemos com a reprodução do racismo; com as inúmeras iniciativas de destruição da vida e da cultura indígena; da misoginia; do sexismo; da violência contra a mulher; da violação da diversidade e da liberdade de expressão sexual e da identidade

de gênero; do capacitismo e dos preconceitos e discriminações geracionais. A violência, o racismo, as relações cis-heteropatriarcais, o desemprego e a destruição socioambiental são estruturais. Todas as dimensões da vida social se tornam permeáveis à força bruta do capital, que aniquila individualidades ao determinar condições materiais e subjetivas de barbárie e ao intensificar os processos de adoecimento mental, em um cotidiano marcado pelo incentivo e naturalização do individualismo, da competitividade, da superficialidade e do pragmatismo.

Que mundo é este? As necessidades reais dos indivíduos estão longe de se constituírem prioridade. A pandemia de Covid-19 explicitou que, nesta sociedade, de fato, são os interesses econômicos que prevalecem em detrimento da vida, que vale cada vez menos. Só que não! Se é assim para as classes dominantes na sustentação das relações capitalistas, para nós, assistentes sociais, que temos compromisso com o projeto ético-político, a vida tem sentido mesmo quando as condições objetivas e subjetivas estão em ruínas. “Vidas Negras importam!”. Queremos que a juventude, as pessoas idosas, as crianças e adolescentes, enfim, que a classe trabalhadora, em toda sua diversidade, possa “amar e mudar as coisas”. A defesa dos direitos humanos expressa, assim, nossa resistência de classe contra o sistema do capital, que universaliza exploração e opressão. Vimos, em cada mês desta agenda, nossos compromissos e pautas coletivas. Lutar por DH é não ter ilusões jurídico-políticas. Que possamos, com pertencimento de classe, apreender a lição que diz que: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. E dos versos desta canção de resistência, possamos habitar as ruas, em horas, dias e jornadas de luta. Como assistentes sociais e nos espaços coletivos de organização política, quicá, fortaleceremos consciência de classe e saberemos, cada vez mais, trilhar o chão histórico anticapitalista, contra o cis-heteropatriarcado e antirracista.

